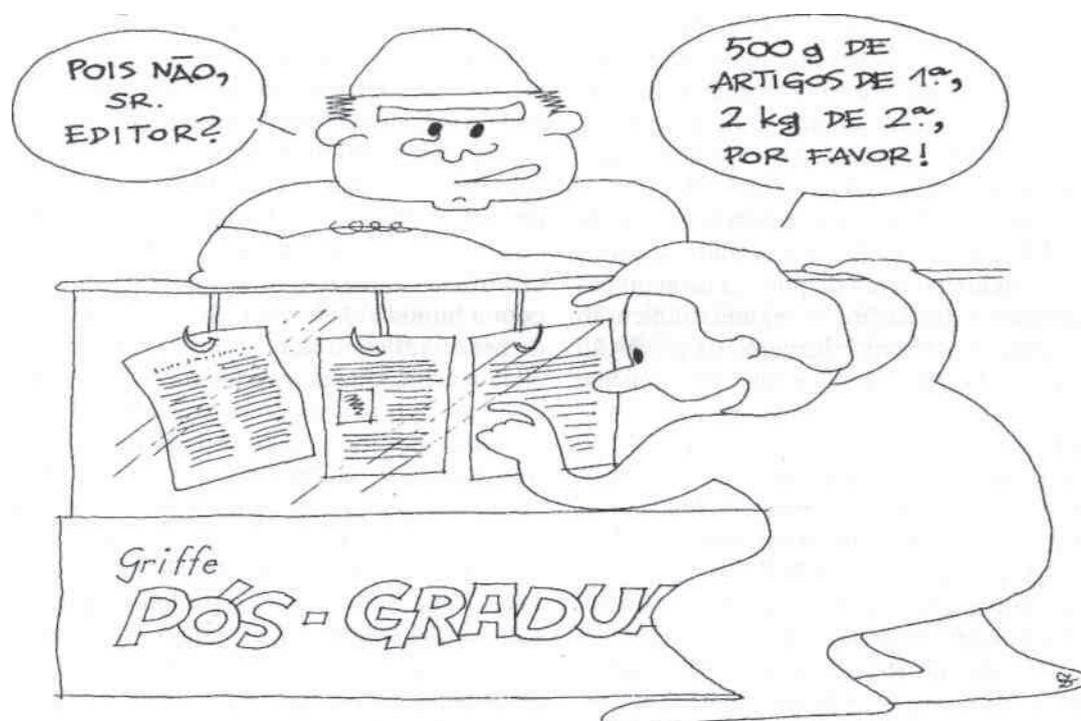


# Ponto de vista: Sobre a qualidade das publicações questões e sugestões

Hugo Lovisolo\*



Observada em perspectiva da história, o prestígio da educação parece atravessar por ciclos de altas e baixas, sobretudo na importância que se lhe concede quer por suas contribuições para a ordem social quer pelas relacionadas com o desenvolvimento econômico-social e a realização individual e coletiva. Na última década, assistimos a um ciclo ascendente das crenças sobre o valor da educação. Renovaram-se as pesquisas e estudos comparativos sobre os efeitos da educação, sobretudo em relação ao desenvolvimento econômico e às perspectivas individuais em contextos dominados por aspirações de melhorias na qualidade de vida.

A avaliação da educação, internacional e nacionalmente, cresceu em importância, *pari passu*, com o aumento das preocupações e demandas de produtividade e qualidade em educação e pesquisa. A universidade também foi alcançada pela confiança nos efeitos positivos da avaliação e, no caso do Brasil, tornou-se um eixo da política do atual governo, em torno do qual os atores universitários situam suas políticas de apoio ou resistência.

O Brasil apresenta a particularidade de contar há algumas décadas com mecanismos de acompanhamento e avaliação do ensino de pós-graduação e da produção científica e tec-

nológica, embora, durante longo tempo, não se implementassem mecanismos comparativos de avaliação da graduação. Pareceria existir um nexos natural entre avaliação da pós-graduação e a pesquisa, pois há consenso em se salientar que grande parte da produção científica realiza-se nas pós-graduações que se concentram nas universidades públicas, apesar de que, em termos de graduação, 60% da oferta seja privada. Hoje, contudo, a avaliação está estendendo-se para a graduação, embora não sem resistências.

Acredito que assistimos, juntamente com a instauração da avaliação da graduação, nos últimos dois ou três anos, a um endurecimento nos critérios de acompanhamento das pós-graduações que se manifesta, fundamentalmente, em: a) seguimentos mais estritos dos fluxos de formação e b) crescente importância dada à produção científica de docentes e discentes. O encurtamento e o controle no cumprimento dos prazos de realização dos cursos de mestrado e doutorado, estabelecidos pela CAPES, é uma das dimensões onde se manifesta o endurecimento da política de acompanhamento e avaliação. A segunda dimensão prioritária é o acompanhamento da produção científica. De fato, as pós-graduações que não conseguem um desempenho satisfatório nessas dimensões principais perdem qualificação e, como resultado presente ou futuro, confrontam-se com a redução de recursos financeiros dos organismos estatais. Assistimos, nas duas últimas avaliações da CAPES, à perda de posição de pós-graduações tradicionais e prestigiosas em diferentes áreas. Reconhecemos que dificilmente, no Brasil, teremos pós-graduações de bom nível sem bolsas de estudos e recursos para bibliotecas e laboratórios fornecidos, centralmente, pela União e os Estados a partir dos organismos de apoio à formação de pesquisadores e a sua produção.

Acredito que a situação, brevemente apresentada, está levando a uma crescente exigência em termos de cumprimento de prazos de formação e de produção científica. A situação não é apenas nacional e afeta também a países que entraram bastante recentemente no desenvolvimento de sistemas de formação e produção em ciência e tecnologia, como, por exemplo, no caso de Portugal. No cotidiano de muitas pós-graduações, podem ser sentidas as novas exigências com toda clareza. Docentes e alunos são pressionados a apresentar tra-

balhos em eventos científicos, a publicar regular e freqüentemente. Mestrandos e doutorandos são estimulados para publicar ao longo de seus cursos, não apenas o produto final de uma dissertação ou tese, e orientandos e orientadores para fazê-lo em conjunto.

De persistir a atual política, é bem possível que a produção em média das pós-graduações aumente significativamente e que também o acompanhamento e avaliação da produção científica ganhe crescente importância entre os critérios de avaliação das pós-graduações. Também existem pressões para que cada docente-pesquisador se situe próximo da média de produção de sua pós-graduação, tentando-se eliminar a freqüente distribuição bimodal, segundo a qual alguns produzem muito e outros muito pouco. A pressão de publicação, em contextos de produção bimodal, pode trazer novos problemas à tona. As universidades brasileiras, públicas e privadas, pagam por titulação e carga horária, não existindo diferenças nos rendimentos por produtividade, seja de orientação seja de produção científica. A junção do sistema de pagamento com a bimodalidade gera assim tensões que, de praxe, refletem-se em conflitos não explicitados e em críticas de bastidores. Os que produzem muito podem-se sentir lesados ou não reconhecidos pela sua produção. Em contrapartida, os que produzem pouco ou nada podem contra-atacar insinuando ou mesmo declarando que a produção, dos que muito produzem, é de baixa qualidade. *Devemos reconhecer que um sistema que estimula a produção, porém não estabelece "prêmios", pode-se tornar instável e fonte de conflitos. Se, além disso, não existem indicadores avaliativos da qualidade da produção, podemos estar beirando conflitos de difícil encaminhamento.*

As exigências crescentes deverão, como um efeito não desejado, aumentar o estresse, essa figura de moda sobre o mal na qual quase tudo cabe, de alunos e docentes, mas, sobretudo, a produção em termos de artigos. Assim, se as pressões ou estímulos para a produção derem certo, teremos um considerável aumento da produção. O fato de que nos últimos anos tenham sido lançadas e relançadas revistas da área leva a pensar que há consciência sobre a necessidade de aumentar a produção e, talvez, indiquem uma oferta maior de artigos para publicação ou a declaração de que há muitos artigos nas gavetas.

**Devemos reconhecer que um sistema que estimula a produção, porém não estabelece "prêmios", pode-se tornar instável e fonte de conflitos. Se, além disso, não existem indicadores avaliativos da qualidade da produção, podemos estar beirando conflitos de difícil encaminhamento.**

Ante vejo que um dos problemas que deveremos enfrentar é: *como criar mecanismos que ajudem a obtermos uma qualidade mínima e crescente nas publicações, problema mais difícil ainda quando os prazos de elaboração estão sendo reduzidos.* Algum consenso sobre a qualidade, embora transitório, pode ser útil tanto para melhorar a produção como para reduzir os conflitos que delineamos anteriormente.

De modo geral, os comitês encarregados de avaliar a produção funcionam com critérios formais para classificar revistas e periódicos científicos, tais como existência de comitê editorial, funcionamento baseado em pareceristas e indexações. Esse modo de funcionamento é insuficiente para gerar, necessariamente, indicações sobre a qualidade ou substantividade do publicado nem, tampouco, incide automaticamente elevando a qualidade da produção. *O crescimento da qualidade depende consideravelmente de como as políticas editoriais orientem e de como os pareceristas atuem.*

Há áreas tradicionais que contam com considerável consenso sobre quais são as revistas de primeira e segunda linha. Em áreas como a física, por exemplo, o canal em que se publica já é uma garantia de qualidade ou substantividade dos artigos. Publicar nas revistas de primeira linha é para o físico um evento importante em sua carreira científica. Os próprios autores sabem, com relativa segurança, quando um artigo é para uma revista de primeira linha, de praxe internacional, ou de segunda, habitualmente nacional ou regional. Em casos assim, os pareceristas das revistas funcionam como fiadores da qualidade do que é editado. Para os físicos, então, o nome da revista, onde os artigos são publicados, funciona como um indicador qualitativo, pois têm construído uma tradição que baliza esse entendimento.

A situação dos físicos não é corrente em qualquer área de conhecimento. Nas ciências sociais e humanas, por exemplo, as revistas nacionais têm prestígio considerável e não existe uma preocupação intensa nem sistemática por publicar em revistas internacionais.

A área da educação física ou das ciências dos esportes apresenta-se com complexidades particulares. As revistas nacionais fun-

cionam, geralmente, como revistas "ônibus" que podem carregar artigos de matrizes disciplinares bem diferenciadas, da biomecânica à filosofia, passando por fisiologia, psicologia e sociologia do esporte, por exemplo.<sup>1</sup> Não parece existir um consenso claro sobre a hierarquia das revistas e, quando existe, pode ser bem diferente para o pesquisador de fisiologia do esporte que para o da história da educação física e dos esportes. Temos ainda mais um problema, o sociólogo que faz sociologia do esporte pode considerar revistas disciplinares de sociologia como mais importantes que as revistas especificamente dedicadas à sociologia do esporte. *Assim, é bem difícil na área tomar o nome das revistas como indicadores de qualidade dos artigos nelas publicados.*<sup>2</sup> E possível que outros colegas expressem visões diferentes sobre as revistas da área das aqui apresentadas. Sem estar preocupado pelo lado em que a razão situa-se, o que importa destacar é a ausência de um consenso mínimo ou suficientemente funcional e, então, a necessidade de conversarmos para gerar algum tipo de acordo, embora transitório ou dinâmico.

Se tivéssemos algum consenso sobre a importância das revistas nacionais e internacionais, passaríamos a contar com um indicador indireto de qualidade. Contudo, o indicador seria válido se os editores e os pareceristas agissem no sentido de fazer crescer a qualidade ou substantividade do material publicado e se esse material fosse importante para os pesquisadores nacionais, valorizando suas relações de interesse com as revistas e assim incidindo sobre a circulação, a consolidação, enfim, tornando algumas revistas referência para os membros da área.

Comento, a seguir, algumas questões que acredito sejam relevantes para aumentar a qualidade, consolidar os canais e solidificar a relação dos pesquisadores com as revistas.

Acredito que, se o aumento e continuidade dos canais é de vital importância para o desenvolvimento da área, não menos importante é o que acontece dentro deles. Os artigos que se publicam, sua qualidade e a relação dos pesquisadores com os mesmos, é tão importante como a existência do canal. Quando a televisão não nos oferece programas de nosso interesse a desligamos. Coisa parecida fazemos com o professor quando leciona sem chegar aos nossos interesses ou entendimento.

**Como criar mecanismos que ajudem a obtermos uma qualidade mínima e crescente nas publicações, problema mais difícil ainda quando os prazos de elaboração estão sendo reduzidos.**

Com as revistas e seus artigos, fazemos algo semelhante: as guardamos sem ler e, mais tarde, deixamos de comprá-las ou consultá-las. Acredito que, para modificar a situação, deveríamos modificar algumas características de nossa produção e precisar os objetivos dos canais.

É fartamente divulgado que os cientistas e pesquisadores orientam-se pelo prestígio, tanto pelo testemunho dos cientistas quanto pelos resultados da sociologia da ciência. *Um eixo importante de construção do prestígio é a citação: ser citado dá orgulho, embora seja encoberto pela modéstia correspondente. Assim, se uma revista em língua nacional pretende ser lida e circular, deveria promover a citação dos autores nacionais. Deveria cobrar dos autores estarem atentos à produção nacional.*<sup>3</sup> Essa também seria uma forma, embora limitada por barreiras lingüísticas, de fazer conhecer fora resultados da produção local.

**Um eixo importante de construção do prestígio é a citação: ser citado dá orgulho, embora seja encoberto pela modéstia correspondente. Assim, se uma revista em língua nacional pretende ser lida e circular, deveria promover a citação dos autores nacionais. Deveria cobrar dos autores estarem atentos à produção nacional.**

Se os articulistas apenas mencionam autores estrangeiros, para que ler a revista nacional? É mais econômico ir diretamente às revistas internacionais. O articulista que omite a produção local em sua bibliografia está metacomunicando de que nada do feito em nível nacional tem valor? Mais ainda, se o articulista não cita nenhuma das pesquisas que orientou ou realizou, não estaria comunicando que a produção de seus próprios orientandos, e a própria, não tem valor? Se o articulista não cita nenhum de seus próprios trabalhos, porque escreveu o artigo que os pareceristas deverão avaliar antes e o leitor mais tarde? Ou ele é um pesquisador novo ou ele não tem história de pesquisa em relação ao objeto que tematiza? Os árbitros ou pareceristas não deveriam ter questões desse tipo na suas cabeças quando avaliam os artigos?

Uma consulta informal a várias revistas nacionais, e minha própria experiência como parecerista, leva-me a pensar que os artigos publicados no campo da fisiologia do esporte e das ciências da saúde tendem a citar muito pouco os autores nacionais. Diferente é a situação quando os artigos são produzidos nas matrizes disciplinares das ciências sociais e humanas.

Uma revisão de artigos de diferentes revistas, sem nenhuma pretensão de validade amostrai, leva-me a pensar um conjunto de

hipóteses alternativas, sobre a baixa citação da própria produção e da nacional, para serem discutidas e que talvez possam conduzir a pesquisas futuras: a) os autores que publicam nas revistas nacionais da área estão escrevendo, predominantemente, sobre temas nos quais não têm uma produção ainda reconhecida, pois se tivessem uma produção reconhecida citariam os meios onde realizaram suas publicações; b) os autores são novos e estão começando a publicar e, por isso, não podem citar sua produção anterior; c) os autores fazem, com frequência excessiva, um apanhado de informações publicadas em nível internacional e, portanto, estamos diante de artigos de divulgação, ao invés de artigos originais em termos de pesquisa; d) não há produção nacional significativa nos campos ou temas que os autores tratam ou a produção nacional não vale a pena ser mencionada e, por último, e) há produção nacional de qualidade, porém os autores pouco se preocuparam em consultá-la. Devo reconhecer que as hipóteses não são muito "positivas", contudo acredito que podem servir como idéias iniciais de pesquisa e como questões que os pareceristas deveriam colocar-se quando realizam seus pareceres e, por certo, deveriam ser minhas próprias questões como parecerista.

Os autores, por outro lado, que lidam com temas de pesquisas vinculados às ciências sociais (etnografia, antropologia, sociologia e educação) mencionam autores nacionais, portugueses e latino-americanos. Assim, será que a tendência para a ausência de autores nacionais é particular das pesquisas que atuam a partir da área biomédica? Será que nesse campo, e sobretudo quando aplicado à atividade física e aos esportes, não temos contribuições que mereçam ser mencionadas?

Diante da situação pintada, que resulta da leitura das referências bibliográficas, acredito que os pareceristas deveriam colocar-se perguntas do teor das mencionadas no início deste tópico e que, repito, sintetizando: por que a produção nacional não é mencionada? Parece-me que deveriam insistir para que a produção local ou nacional seja mencionada.

*Mencionar a produção dos colegas não pode ser uma atitude ritualística - uma variação da proteção ao compre nacional, ao cinema nacional ou à música nacional - separada de sua avaliação crítica nem um abandono da*

*citação dos autores não nacionais.* A menção ou citação não pode ser feita sem estabelecer, minimamente, a ordem ou desordem das concordâncias e desacordos e sem avaliar o peso da contribuição. *As menções não podem estar separadas da crítica interna (teórica, metodológica e empírica).* De fato, em nossa realidade, a crítica externa - politicista, moralista, sociologista, epistemologista ou outro "ista" qualquer - pareceria ter dominado sobre a crítica interna. Assim, acusações de conservador, burguês, socialmente condicionado, empirista, idealista, machista, racista, sexista e formalista, entre outras, têm substituído com farta frequência a análise ou crítica interna: coerência lógica e teórica, contrafatuais, relação com os dados, problemas metodológicos e de técnicas de pesquisa, para mencionar apenas alguns dos instrumentos da crítica. *A crítica interna responsável e bem construída foi e é, no entanto, habitualmente valorizada como um caminho importante para a formação da comunidade científica local e para o aumento da qualidade ou substantividade da produção.* Sobre esse tópico muitos parecem concordar, no entanto a prática efetiva da crítica interna é bem baixa e o exercício da crítica da crítica, para construir padrões de crítica favoráveis para a produção e para a formação dos pesquisadores, é menor ainda. Mais ainda, há colegas que pensam que a crítica gera problemas interpessoais que desagregam a comunidade que deveria existir dentro das áreas científicas. Tais problemas, de existirem de fato, apenas serão superados na medida em que a crítica da crítica leve-nos na direção de um equilíbrio entre o poder motor da crítica e as exigências de construirmos relações não antagônicas dentro da área. *Apenas experimentando e errando poderemos encontrar a medida certa no estilo da crítica.*

*Acredito, pessoalmente, que, se pretendemos desenvolver revistas que circulem e sejam lidas, a crítica interna deveria ser promovida.* Uma revista que somente apresenta concordâncias ou ausência de relações entre os artigos pode-se converter em uma revista morta ou apenas lida pelo coro dos contentes. Pareceristas, editores e leitores, deveríamos contribuir para desenvolver a crítica e a vida das revistas. Quando mencionamos o trabalho de um colega, fazemos um reconhecimento a alguma idéia específica, um uso metodológico ou técnico criativo, um dado estratégico. Ou, o citamos, porque discordamos de idéias, usos

metodológicos e técnicos ou, ainda, sobre o valor dos dados apresentados. Assim, reconhecimento ou valorização e registro fundamentado das discordâncias são duas faces do processo de construção do conhecimento científico. Os pareceristas deveriam perguntar-se até que ponto os autores realizam alguma dessas ações nos artigos que apresentam. Caso contrário, a menção ou citação pertence ao território da escolástica, da erudição não trabalhada e possui, sobretudo, uma mera função retórica na construção do discurso ou forma parte de discursos de divulgação.

*E o parecerista quem primeiro deveria realizar a crítica interna. Entretanto, para o parecerista, guiado pela lei de economizar, pareceria ser melhor aprovar que rejeitar.* Solicitam-se, habitualmente, menos e melhores fundamentadas opiniões para aprovar um artigo do que para rejeitá-lo. Além disso, quase sempre o parecerista sabe quem é o autor, quer pelo campo de trabalho, pelo estilo, pelas citações ou porque lhe foi revelado. Rejeitar ou criticar um artigo significa, talvez, ferir um amigo, um conhecido, um colega e, nos casos extremos, a alguém que tem ou pode vir a ter poder acadêmico. Significa ter que explicitar os motivos ou razões da rejeição. Sobretudo, significa dedicar tempo ao artigo para fundamentar as razões da rejeição em termos de uma crítica bem construída, entre iguais, tolerante e que respeite a personalidade e produção do criticado. A dedicação à crítica significa, portanto, tempo. Um tempo visto como doado, como não pago e que devemos tirar daquele dedicado a nossas pesquisas, aulas e vida privada. Assim, é mais econômico e provoca menos problemas aprovar do que rejeitar. Digamos que, apesar dos aspectos negativos, o parecerista é a menos pior das soluções e por isso devemos conservá-los e animá-los.

Podemos, no entanto, tomar outras referências para levantar questões. Os críticos de cinema, por exemplo, pelo menos se comprometem com suas opiniões sobre os filmes. A questão é: como podemos criar mecanismos de compromisso dos pareceristas?

*Sugiro algumas meia-soluções. A primeira seria a de que, nos artigos aprovados, fosse mencionado os nomes dos pareceristas.* Assim, emergiria um compromisso do parecerista com o artigo aprovado. Se alguém apro-

**A crítica interna responsável e bem construída foi e é, no entanto, habitualmente valorizada como um caminho importante para a formação da comunidade científica local e para o aumento da qualidade ou substantividade da produção.**

va um artigo que, posteriormente, a comunidade considera "não publicável", carregará com esse ônus. Deverá repensar sua atividade de parecerista. Contudo, pergunto-me: no caso de publicarmos os nomes, ainda teremos pareceristas voluntários? Será que o tempo de emitir os pareceres, já considerado longo pelos editores, não se tornará ainda maior? Que o trabalho de fazer um parecer com responsabilidade não levará à desapareção dos pareceristas "voluntários"? *Segunda meia-solução, poderíamos pensar num time de pareceristas financiados por um fundo comum. Talvez cientistas aposentados que ainda conservam o hábito da leitura crítica poderiam ser esses pareceristas.* Conformariam uma terceira voz a ser ouvida.

As meia-soluções podem não ser boas, apenas pretendem motivar a conversa sobre o assunto. Acredito que ficam em pé as questões colocadas e espero que ajudem a elaborarmos uma reflexão em conjunto e, se possível, que os pareceristas exercitem com rigor a crítica interna. Convocaria também aos leitores para essa tarefa comum. Talvez, por esses caminhos aparentemente desencaminhados, o embrião de criação de qualidade da produção cresça. Depois de tudo, os biólogos nos ensinaram que nada cresce tão rápido quanto o embrião e, nesse sentido, a vida ganha em crescimento da própria morte.

#### NOTAS

<sup>1</sup>A Revista da CBCE, *Movimento. Artus. Motus Corporis* e outras funcionam como revistas-ônibus.

<sup>2</sup>Estamos enviando um questionário aos pesquisadores de todas as pós-graduações da área para que respondam indicando as revistas que lêem e as que não lêem e a importância que lhe atribuem. Pensamos que a pesquisa poderia ser repetida periodicamente como uma forma de alcançar um consenso mínimo, dinâmico e diferenciado, sobre os canais de comunicação da área, nacionais e internacionais.

<sup>3</sup>A não citação dos autores nacionais parece ser um problema em várias áreas de conhecimento. Remeto ao leitor para o Editorial da *Revista Brasileira de Ortopedia* - v.29, n.9, setembro de 1994 - onde se constata que sobre os 172 artigos publicados em 1993, com 2707 referências, apenas 6% são de autores brasileiros. Sugere-se modificar a situação, criando-se índices remissivos, melhorar a qualidade da avaliação mediante autocríticas mais consistentes, estimular a integração dos Serviços de Ortopedia e estimular o estudo a pesquisa das ciências básicas.

#### UNITERMOS

---

*Produção científica, publicações, comunidade científica,*

*Hugo Lovisolo é Doutor em Antropologia Social pela Universidade Gama Filho.*